



DIÁRIO OFICIAL



Belém, Segunda-feira
24 de Junho de 2024

ANO CXXXIV DA IOE
134ª DA REPÚBLICA
Nº 35.865

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

124 Páginas

NESTA EDIÇÃO

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR - PÁG. 4
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO - PÁG. 6
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO - PÁG. 8

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO - PÁG. 10
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PÁG. 10
SECRETARIA ESTRATÉGICA DE
ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA - PÁG. 10
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO - PÁG. 11
FUNDAÇÃO PARÁPAZ - PÁG. 11

**SECRETARIA DE ESTADO DE
PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO** - PÁG. 12
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO - PÁG. 14
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
E PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 14
ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 18

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - PÁG. 18
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. - PÁG. 20

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - PÁG. 20
HOSPITAL OPHIR LOYOLA - PÁG. 31
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ - PÁG. 33
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA
E HEMATOLOGIA DO PARÁ - PÁG. 34
FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL
DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA - PÁG. 36

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - PÁG. 47
COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS
DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 48
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO
E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - PÁG. 49

**SECRETARIA DE ESTADO
DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E DA PESCA** - PÁG. 49
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - PÁG. 50
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 53
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 54

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE** - PÁG. 55

**SECRETARIA DE ESTADO DE
SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL** - PÁG. 57
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PÁG. 59
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR - PÁG. 62
FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR - PÁG. 62
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ - PÁG. 63
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 65
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ - PÁG. 66
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 67

**SECRETARIA DE ESTADO
DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA** - PÁG. 69

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - PÁG. 71
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ - PÁG. 71

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - PÁG. 72
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - PÁG. 73

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - PÁG. 74
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 80

**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA** - PÁG. 81
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO
SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ - PÁG. 82

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA - PÁG. 84

**SECRETARIA DE ESTADO DE IGUALDADE
RACIAL E DIREITOS HUMANOS** - PÁG. 85

SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES - PÁG. 85

**SECRETARIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
MINERAÇÃO E ENERGIA** - PÁG. 86
COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ - PÁG. 86
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DO PARÁ - PÁG. 86
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 87

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS - PÁG. 87
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - PÁG. 89
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 89

**SECRETARIA DE ESTADO DE
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA** - PÁG. 90
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO
A ESTUDOS E PESQUISAS - PÁG. 90
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 91

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - PÁG. 91

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - PÁG. 91

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - PÁG. 94

JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 95

TRIBUNAIS DE CONTAS
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 96
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 96

MINISTÉRIO PÚBLICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 97
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 98

MUNICÍPIOS - PÁG. 104
PARTICULARES - PÁG. 111
EMPRESARIAL - PÁG. 112

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

Ativo

	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	65.340.260	31.328.831
Contas a receber - Contrato de gestão	6	37.286.044	5.877.190
Estoques	7	8.721.226	4.903.853
Adiantamentos	7	8.228.058	618.671
Outras contas a receber		1.242.266	1.131.329
		120.817.854	43.859.874
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Outras contas a receber		1.076	549
Bloqueio judicial	5	3.621.984	1.571.984
		3.623.060	1.572.533
Imobilizado			
Imobilizado	8	465.745	386.553
Imobilizado - Bens públicos em nosso poder	9	16.873.835	14.211.096
		17.339.580	14.597.649
Total do ativo		141.780.494	60.030.056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e Patrimônio líquido

	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	10	19.373.881	8.487.444
Obrigações trabalhistas	11	25.838.883	15.883.811
Obrigações tributárias		808.247	505.992
Outras contas a pagar		2.088.855	536.377
		48.109.866	25.413.624
Não circulante			
Bens públicos em nosso poder	9	16.873.835	14.211.096
Repasses a aplicar	9	15.526.720	1.635.548
Obrigações com Terceiros	12	6.418.058	6.418.058
		38.818.613	22.264.702
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	14	12.351.731	1.123.246
Superávit acumulado		42.500.284	11.228.485
		54.852.015	12.351.731
Total do passivo e patrimônio líquido		141.780.494	60.030.056

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Em Reais)			
	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas			
	15		
Receitas contrato de gestão		278.691.971	166.087.051
Receitas de doações de materiais médicos		R\$ 913.799	243.915
Receita de Subvenção		1.843.241	768.536
		281.449.011	167.099.501
Custos operacionais			
Pessoal e encargos	16.1	(79.553.523)	(57.725.565)
Serviços profissionais	16.2	(83.173.099)	(55.810.233)
Materiais e medicamentos	16.3	(24.483.546)	(19.753.979)
Depreciação bens públicos em nosso poder		(1.843.241)	(768.536)
Impostos taxas e contribuições		(940.162)	(510.044)
Depreciação		(98.479)	(46.279)
		(190.092.049)	(134.614.636)
Despesas operacionais			
Outras receitas operacionais		295.792	140.456
Gerais e administrativas	17	(52.761.062)	(36.102.322)
		(52.465.270)	(35.961.866)
Superávit/ (déficit) operacional antes do resultado financeiro		38.891.692	(3.477.000)
Resultado financeiro, líquido			
	18		
Receitas financeiras		3.757.704	2.693.127
Despesas financeiras		(149.112)	(120.768)
		3.608.592	2.572.359
Superávit líquido/ (déficit) do exercício		42.500.284	(904.641)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
(Em Reais)				
	Nota	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de janeiro de 2021		1.123.246	12.133.126	13.256.372
Déficit do exercício		-	(904.642)	(904.642)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14 (a)	1.123.246	11.228.485	12.351.731
Aborção do superávit do exercício anterior		11.228.485	(11.228.485)	-
Superávit líquido do exercício		-	42.500.284	42.500.284
Saldo em 31 de dezembro de 2023		12.351.731	42.500.284	54.852.015

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Superávit líquido/(déficit) do período	42.500.284	(904.642)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do período	<u>42.500.284</u>	<u>(904.642)</u>

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Déficit) superávit do exercício		42.500.284	(904.641)
Ajustado por :			
Depreciação imobilizado	8	98.479	46.279
Receita de doações de materiais médicos		(913.799)	(243.915)
(Aumento) / redução nos ativos em:			
Contas a receber - Contrato de gestão	6	(31.408.854)	(4.077.768)
Estoques	7	(2.903.574)	2.287.561
Adiantamentos	8	(7.609.387)	-
Outras contas a receber		(111.465)	(477.277)
Bloqueio Judicial	5	(2.050.000)	(1.571.984)
Aumento / (redução) nos passivos em:			
Fornecedores	10	10.886.437	1.049.709
Obrigações trabalhistas	11	9.955.073	4.819.240
Obrigações tributárias		302.255	153.433
Outras contas a pagar		1.552.479	(77.770)
Obrigações com terceiros	12	-	(114.297)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		20.297.928	888.570
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado - Bens públicos em nosso poder	9	(4.505.980)	(11.639.914)
Ativo Imobilizado	8	(177.671)	(417.802)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(4.683.650)	(12.057.717)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Recebimento de numerário para aquisição de imobilizado/intengível	9	18.401.283	13.306.019
Devolução de numerário para aquisição de imobilizado/intangível		(4.131)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		18.397.152	13.306.019
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>34.011.429</u>	<u>2.136.872</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	31.328.831	29.191.959
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	65.340.260	31.328.831
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>34.011.429</u>	<u>2.136.872</u>
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa:			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Depreciação imobilizado - Bens públicos em nosso poder	9	1.843.241	768.535

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

1. Contexto operacional

A Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura ("Entidade" ou "ASELC"), é uma pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de associação de caráter Social e Assistencial que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "Desenvolver e prestar atividades assistenciais, no âmbito da saúde, de natureza hospitalar, diagnóstica e/ou ambulatorial, serviços de diálise e nefrologia, serviços de quimioterapia a todas as pessoas que delas necessitem, com prioridade para o SUS - Sistema Único de Saúde (artigo 6º).

Constituído em 05 de junho de 2006, em conformidade com a Lei Federal nº 9.637, de 15/05/1998 e a Lei Estadual do Pará nº 5.980, de 19/07/1996, com sede na Rua dos Mundurucus, Nº 3100 - Salas 2801, 2802 e 2803-Ed. Metropolitan Tower - CEP 66.040-033, Cremação, Belém, Estado do Pará, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.055.340/0001-94.

Em 11 de junho de 2018, através do Decreto do Governo do Estado do Pará nº 2.104, foi reconhecida pela Secretaria Estadual de Saúde Pública - Pará ("SESPA") como Organização Social de Saúde (OSS).

Atualmente opera contratos de gestão hospitalar firmados com o Governo do Estado do Pará e a Prefeitura do Município de Parauapebas, através da SESPAs e SEMSA, respectivamente

Unidades Administradas:

- Hospital Regional Público do Araguaia ("HRPA");
- Hospital Regional de Castanhal ("HRPC");
- Hospital Geral de Parauapebas ("HGP");
- Hospital Regional de Rio Maria ("HRRM").

As unidades são juridicamente constituídas sob a forma de filiais. Assim, as demonstrações contábeis da Entidade representam as operações de todas estas unidades.

Os ativos imobilizados e intangíveis utilizados nas operações das filiais da Entidade de OSS, conforme notas explicativa nº 9, são bens públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade, durante a vigência dos Contratos de Gestão que visam à gestão e à operacionalização das atividades dos serviços elencados como OSS. Para tais bens são emitidos Termos de Cessão e Permissão de Uso. A Entidade responde civil, trabalhista, tributária e criminalmente pelos atos praticados por seus funcionários, haja vista que toda a operação é de inteira responsabilidade da Entidade, que deve ainda assegurar que as licenças de funcionamento e demais obrigações com os órgãos públicos e as concessionárias de serviços públicos e privados estejam regulares. Os demais são equipamentos próprios.

Hospital Regional Público do Araguaia ("HRPA")

Em 04 de dezembro de 2018 a ASELC foi homologada vencedora do Processo de Seleção para Operacionalização do Hospital Regional Público do Araguaia ("HRPA") em Redenção, por meio do Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018 - Processo nº 2018/551030, com vigência de 60 meses, por meio do termo inicial na data de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023, prorrogado pelo 27º Termo Aditivo, que prorrogou a vigência do contrato por mais seis meses, de 04 de junho de 2024 a 30 de novembro de 2024.

O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria de Estado de Saúde-SESPA, instituiu a comissão de acompanhamento e fiscalização que acompanha a execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos com a aplicação dos recursos sob gestão da ASELC no HRPA. A prestação de contas é apresentada de forma mensal à SESPAs e leva em consideração: (i) relação dos valores financeiros repassados; (ii) relatório consolidado da produção contratada *versus* produção realizada; e (iii) relatório consolidado do alcance das metas de qualidade (indicadores).

Hospital Regional de Castanhal ("HRPC")

Em 13 de novembro de 2020, a Entidade participou do processo do chamamento público do governo do Estado, através da SESPAs, para operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Regional de Castanhal ("HRPC"), o qual logrou-se vencedora em 05 de janeiro de 2021, assinando contrato de gestão 001/2021/SESPA em 25 de janeiro de 2021, com vigência de 12 meses, podendo ser renovado por mais 60 meses. Em 24 de janeiro de 2023, foi assinado o 18º Termo Aditivo que prorrogou a vigência do contrato por mais 12 meses, de 25 de janeiro de 2023 a 24 de janeiro de 2024, 24 de janeiro de 2023, o 22º Termo Aditivo assinado em 17 de janeiro de 2024 prorrogou até 24 de janeiro de 2025.

O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria de Estado de Saúde-SESPA, instituiu a comissão de acompanhamento e fiscalização que acompanha a execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos com a aplicação dos recursos sob gestão da ASELC no HRPC. A prestação de contas é apresentada de forma mensal à SESPAs e leva em consideração: (i) relação dos valores financeiros repassados; (ii) relatório consolidado da produção contratada *versus* produção realizada; e (iii) relatório consolidado do alcance das metas de qualidade (indicadores).

Hospital Geral de Parauapebas ("HGP")

Em 20 de abril de 2023 a ASELC foi homologada vencedora no Processo de Seleção da Prefeitura Municipal de Parauapebas, para Operacionalização do Hospital Geral de Parauapebas ("HGP") por meio do Contrato de Gestão nº 20230226/SEMSA/2023, com vigência de 12 meses, por meio do termo inicial na data de 30 de junho de 2023 e término em 29 de junho de 2024.

O Município de Parauapebas, através de sua Secretaria Municipal de Saúde -SEMSA, instituiu a comissão de acompanhamento e fiscalização que acompanha a execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos com a aplicação dos recursos sob gestão da ASELC no HGP. A prestação de contas é apresentada de forma mensal à SEMSA e leva em consideração: (i) relatório técnico consolidado de dados quantitativos e qualitativos dos atendimentos mensais; (ii) relatório de execução físico-financeira;).

Hospital Regional de Rio Maria ("HRRM")

Em 2023 a ASELC foi homologada vencedora no Processo de Seleção do Governo do Estado, através da SESPAs, para Operacionalização do Hospital Regional de Rio Maria ("HRRM") por meio do Contrato de Gestão nº 003/SESPA/2023 Processo nº 2021/193242, com vigência de 12 meses, por meio do termo inicial na data de 01 de setembro de 2023, entretanto recebendo a chave do hospital para início das atividades no dia 15/12/2023, tendo sua inauguração no dia 24/01/2024.

O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria de Estado de Saúde-SESPA, instituiu a comissão de acompanhamento e fiscalização que acompanha a execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos com a aplicação dos recursos sob gestão da ASELC no HRRM. A prestação de contas é apresentada de forma mensal à SESPAs e leva em consideração: (i) relação dos valores financeiros repassados; (ii) relatório consolidado da produção contratada *versus* produção realizada; e (iii) relatório consolidado do alcance das metas de qualidade (indicadores).

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) contabilidade para pequenas e médias empresas), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidades Sem Finalidade de Lucros.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi aprovada pela Diretoria Executiva em 14 de junho de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicáveis, apresentadas com base no custo histórico.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão apresentadas em real, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de julgamentos e estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a administração faça julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Entidade não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas julgamento quanto a sua contabilização para os exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Estimativas e premissas

As estimativas e premissas são revistas periodicamente, utilizando as melhores prospecções até a data de encerramento das demonstrações financeiras. A entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas estimativas e premissas quanto a sua contabilização.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes a caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2. Contas a receber - Contrato de Gestão

As contas a receber sobre a parcela mensal definida conforme Contrato de Gestão Estadual e Municipal, são registradas de acordo com seu período de competência.

3.3. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos e material médico hospitalar para serem utilizados junto aos pacientes atendidos. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques recebidos em doação, ou seja, sem contraprestações, são mensurados pelo seu valor justo, mensuração efetuada pela administração baseada no último preço de

aquisição dos itens recebidos como doação. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

A Entidade avalia periodicamente a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar quebras dos processos produtivos, divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro. Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques e data de vencimento, caso seja identificado algum fator de risco a provisão de itens obsoletos é reconhecida em contrapartida ao resultado do exercício.

3.4. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os itens adquiridos com verba própria da Entidade e/ou recebidos como doação de terceiros, poderão, de acordo com a aprovação da administração, ser doados e incorporar ao patrimônio do Hospital e por consequência o da Secretária Estadual de Saúde do Pará – SESPA.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	<u>Vida útil</u>
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Móveis e máquinas	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5. Imobilizado – Bens públicos em nosso poder

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

A Organização Social de Saúde (OSS) deve usufruir apenas do direito de uso dos bens, já patrimonializados pelo Estado e pela Prefeitura de Parauapebas. A escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretaria do Estado de Saúde do Pará (SESPA).

Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela Entidade, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da concessão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. No passivo, a contrapartida dos bens foi registrada na rubrica de "bens públicos em nosso poder", de acordo termo de permissão de uso emitido pela Secretária do Estado de Saúde do Pará (SESPA) e Secretaria Municipal de Saúde de Parauapebas (SEMSA).

**ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes, que porventura venham a ser adquiridos com recursos oriundos do contrato de gestão, serão incorporados ao patrimônio do Estado do Pará, devendo a Entidade entregar a Secretaria de Saúde do Estado do Pará - SESPA, documentação necessária ao processo de regularização da incorporação dos referidos bens.

Os bens são depreciados pelo método linear, utilizando taxas anuais, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados.

Categoria dos ativos	Taxa de vida útil depreciação anual
Computadores e periódicos	20%
Máquinas e equipamentos	20%
Equipamentos médico hospitalar	10%
Móveis e utensílios	20%

3.6. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade não possuía ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Entidade classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. Durante os exercícios de 2023 e 2022, a Entidade não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade são: caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Entidade são: fornecedores e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2023 e 2022.

3.7. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.8. Benefícios a empregados

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

3.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento

passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Entidade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.10. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déicits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

3.11. Reconhecimento da receita

(i) Contratos de Gestão

O reconhecimento das receitas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que (i) os riscos e benefícios mais significativos referente ao cumprimento das atividades definidas no contrato de gestão são devidamente executas, (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Entidade, (iii) os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, e (iv) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de prestações de serviços é reconhecida de acordo com a competência no qual o serviço é prestado e pelo valor determinado por meio do Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado de Saúde do Pará (SESPA) e com a Secretaria Municipal de Saúde de Parauapebas (SEMSA).

(ii) Receitas de depreciação de "Bens públicos em nosso poder"

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, bem como o cumprimento ao Contrato de Gestão, a Entidade reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos às respectivas Secretarias, SESPA ou SEMSA, quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

3.12. Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras compreendem: (i) receitas financeiras abrange receitas de juros, aplicações financeiras, descontos e bonificações recebidas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos; (ii) despesas financeiras abrangem despesas com juros, multas e despesas bancárias.

3.13. Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do período. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.14. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 20.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa-fundo fixo	6.732	3.085
Bancos correntes	6.045.182	363.515
Aplicações financeiras	59.288.345	30.962.231
	65.340.260	31.328.831

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados em títulos de renda fixa Certificado de Depósito Bancário (CDB), enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. O rendimento médio para o exercício de 2023 foi de 88% do CDI a.a. (95% do CDI% a.a. em 2022).

5. Bloqueio Judicial

	2023	2022
Bloqueio Judicial	1.571.984	1.571.984
Depósito Judicial	2.050.000	-
	3.621.984	1.571.984

A Entidade teve bloqueio judicial em decorrência do processo Nº 0028360-55.2016.4.01.399, ajuizado em 08 de setembro de 2016, execução movida contra a OSS que anteriormente era responsável pela gestão do HRP, IDESMA, pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias. O Processo tramita sob sigilo de justiça, e após requerimento da PFN houve reconhecimento da sucessão e formação de grupo econômico em decorrência a transição entre IDESMA e ASELC na operacionalização do HRP. Em 21 de abril de 2022, foi interposto agravo de instrumento, o qual foi rejeitado monocraticamente, motivando a interposição de agravo interno.

O depósito judicial se fez necessário para que a entidade apresentasse embargos ao processo Nº 0028360-55.2016.4.01.399 e a liberação de certidões federais.

6. Contas a receber - Contrato de gestão

	2023	2022
Contas a receber - custeio - SESP	3.370.544	5.877.190
Contas a receber - custeio - SEMSA	33.915.500	-
	37.286.044	5.877.190

Refere-se ao repasse dos recursos vinculados ao contrato de gestão firmado com a Secretaria de Estado do Pará - SESP, para a operacionalização nas atividades e serviços do Hospital Regional Público de Castanhal - HRP e Hospital Regional Público do Araguaia, Hospital Regional de Rio Maria e com a Prefeitura de Parauapebas através da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, para a operacionalização das atividades e serviços do Hospital Geral de Parauapebas, incluídos nesse montante os valores a aplicar em investimentos no percentual de 4% do repasse mensal (Cláusula oitava, item 1.1). A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

Aging list das contas a receber

Vencidos	2023	2022
Até 30 dias	3.370.544	5.877.190
Até 90 dias (a)	33.915.500	-
	37.286.044	5.877.190

(a) A administração não constituiu provisão para perda de crédito esperada, pois o montante em aberto foi proveniente de contrato firmado com o Estado e com o Município de Parauapebas no montante de R\$ 5.307.906, de modo que não se tem perspectiva de perdas nos valores a serem repassados, adicionalmente, quase a totalidade do montante em aberto foi recebido no início de 2024.

7. Estoques

	2023	2022
Medicamentos	3.626.317	1.769.492
Materiais médicos hospitalar	3.044.669	1.522.179
Estoque gerais	1.628.586	1.211.688
Material de engenharia clínica	421.654	400.494
	8.721.226	4.903.853

A Entidade avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e concluiu não ser necessário a constituição de provisão para obsolescência dos estoques e/ou estoques de baixo giro.

8. Imobilizado

	Móveis e máquinas	Equipamentos processamento de dados	Total
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.122	4.448	24.570
Aquisição patrimonial (CEP) (a) (b)	156.455	261.347	417.802
Saldo em 31 de dezembro de 2022	176.577	265.795	442.373
Aquisição patrimonial (CEP) (a) (b)	46.448	131.223	177.671
Saldo em 31 de dezembro de 2023	223.025	397.018	620.043
Depreciação			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.765)	(1.775)	(9.540)
Depreciação e amortização no período	(18.628)	(27.651)	(46.279)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(26.393)	(29.426)	(55.819)
Depreciação e amortização no período	(30.882)	(67.597)	(98.479)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(57.275)	(97.023)	(154.298)
Valor contábil			
Em 31 de dezembro de 2022	150.184	236.369	386.553
Em 31 de dezembro de 2023	165.750	299.995	465.745

(a) As doações de patrimônio referentes a equipamentos (Bens) foram realizadas por pessoas físicas;

(b) As aquisições de imobilizado utilizaram os recursos do CEP - Centro de Ensino e Pesquisa. O CEP do Hospital Regional Público do Araguaia tem a missão de gerar e disseminar o conhecimento, qualificar novos profissionais e prover um ambiente que favoreça a atração e a retenção de talentos para o hospital. Seus recursos são provenientes de convênio com instituições de ensino privado, para concessão de estágios.

9. Imobilizado - Bens públicos em nosso poder

	Móveis e Máquinas e equipamentos	Equipamentos Médico hospitalar	Imobilizado Em andamento	Software	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	100.740	3.469.328	-	-	3.570.068
Aquisição patrimonial (a)	2.336.652	9.105.762	197.500	-	11.639.914
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.437.392	12.575.090	197.500	-	15.209.982
Aquisição patrimonial (a)	2.448.187	1.852.243	197.500	8.050	4.505.980
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.885.579	14.427.333	395.000	8.050	19.715.962
Depreciação					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(6.422)	(223.928)	-	-	(230.350)
Depreciação e amortização no período	(114.028)	(654.507)	-	-	(768.535)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(120.450)	(878.436)	-	-	(998.885)
Depreciação e amortização no período	(491.710)	(1.351.263)	-	(268)	(1.843.241,00)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(612.160)	(2.229.699)	-	(268)	(2.842.127)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2022	2.316.942	11.696.654	197.500	-	14.211.096
Em 31 de dezembro de 2023	4.281.469	12.197.634	395.000	(268)	16.873.835

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Na Filial HRP, Em abril de 2023 elaboração dos projetos para reforma e ampliação da estrutura do HRP, com recursos do 15º Termo Aditivo, foi concluído, e foram contabilizados no ativo não circulante em Imobilizado – Bens públicos em nosso poder em contrapartida no passivo não circulante em Bens em nosso poder. Em agosto e setembro de 2023, foi adquirido ar condicionado, com recurso do 18º Termo Aditivo. Em março e em abril a SESPA enviou para o HRP máquinas e equipamentos médicos através dos Termos de Responsabilidade: 2023/48, 2020/59 e 2023/77, esses bens foram contabilizados no ativo não circulante em Imobilizado – Bens públicos em nosso poder em contrapartida no passivo não circulante em Bens em nosso poder. Em outubro foi adquirido 01 impressora térmica com recurso do 19º Termo Aditivo e em dezembro uma bomba de vácuo com os saldos dos Termos Aditivos 15º e 18º conforme autorização concedida pela SESPA, esses bens foram contabilizados no ativo não circulante em Imobilizado – Bens públicos em nosso poder em contrapartida no passivo não circulante em Bens em nosso poder

Na Filial HRPC, em 2023, a SESPA concedeu recursos para aquisição de imobilizado através dos seguintes termos aditivos: 17º no valor de R\$1.075.958, os recursos recebidos foram contabilizados na conta Contratos a Aplicar no Passivo não circulante, e no momento das aquisições, estas foram contabilizadas no Imobilizado – Bens públicos em nosso poder e contrapartida no passivo não circulante em bens públicos em nosso poder

Na Filial HGP, as aquisições de imobilizado foram feitas com recurso do contrato de gestão do HGP, a cláusula oitava, item 1.1 destina parte dos recursos para investimentos

Os valores de depreciação pela utilização desses bens são reconhecidos como despesa no resultado do exercício, bem como em respectivo valor reconhecido como receita de depreciação em contrapartida a conta de bens públicos em nosso poder.

Os valores desses ativos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado do Contrato de Gestão, registrados no ativo não circulante.

Em Maio de 2023, ocorreu o pagamento antecipado para aquisição de equipamentos médicos, branquiterapia e acelerador linear, recurso do 15º Termo aditivo do contrato 001/SESPA/2021, HRPC, está contabilizado na conta de Adiantamentos no valor de R\$ 7.948.796, o equipamento em questão está em processo de importação.

No ano de 2023 o HRPC recebeu através de aditivos específicos para aquisição de imobilizado, R\$ 10.949.038, aplicou R\$ 2.711.646 restando o saldo em repasses a aplicar no valor de R\$ 9.668.033.

No HGP, Contratualmente 4% do valor do repasse mensal é destinado para investimentos, no ano de 2023 o valor total destinado para esse fim foi de R\$ 3.548.161, utilizado durante o ano R\$ 437.279, restando o saldo de R\$ 3.110.881 em repasses a aplicar.

A SESPA autorizou a destinação do valor de R\$ 2.730.000, de custeio do contrato de gestão do HRMM, para serem utilizados em investimentos, esse valor está contabilizado na conta repasses a aplicar.

10. Fornecedores

	2023	2022
Serviços terceirizados contratados	17.669.903	7.248.236
Materiais e medicamentos	1.703.978	1.239.208
	19.373.881	8.487.444

11. Obrigações trabalhistas

	2023	2022
Salários e ordenados a pagar	6.516.528	4.108.140
Provisão férias e encargos sociais (a)	19.322.355	11.775.670
	25.838.883	15.883.811

(a) As provisões trabalhistas estão compostas por provisões para férias e encargos, multa rescisória, FGTS e dissídio coletivo que será pago de acordo com a convenção coletiva de cada categoria.

12. Obrigações com terceiros

	2023	2022
Empréstimos SESPA	173.664	173.664
Transição Gestão HRP (a)	6.244.394	6.244.394
	6.418.058	6.418.058

(a) Em 06 de dezembro de 2018, visto a proximidade entre a homologação do resultado da OSS (Organização Social de Saúde) vencedora, transição de Governo do Estado, e manutenção da prestação de Serviço Público do hospital objeto do contrato de gestão, foi emitido o ofício Nº 135/2018-GTCAGHMR/SESPA que estabeleceu período de até 60 dias para transição. A partir deste ofício foi celebrado um Termo de Parceria com a antiga OSS administradora, para o referido período de transição, com prazo final em 06 de fevereiro de 2019.

Durante o período visto ausência de tempo hábil para que a ASELC assumisse integralmente a operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do HRP sem a interrupção dos serviços essenciais de saúde, de acordo com o ofício Nº 135/2018-GTCAGHMR/SESPA, o IDESMA (antiga OSS) ficou responsável pelo processo de compra de materiais e medicamentos, custos médicos e pagamentos de salários inerentes as operações do HRP, visando o não desabastecimento e a continuidade dos serviços, até o prazo final do Termo de parceria, os custos citados anteriormente foram pagos pelo IDESMA os quais deverão ser ressarcidos pela ASELC, que protocolou ofício junto a SESPA solicitando a transferência de recursos recebidos como verba de custeio no Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018, para quitação das obrigações, e aguarda a definição do Poder Concedente, vide NE xx.

Não houve nenhum fato novo e/ou alteração quanto ao protocolo de solicitação por parte do Poder Concedentes durante o ano de 2023.

13. Contingências

Riscos avaliados como perdas prováveis

A Entidade não possuía nenhuma contingência com risco de perda provável nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Riscos avaliados como perdas possíveis

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2023 a Entidade possuía processos judiciais de natureza cíveis, trabalhistas e criminal com contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 7.678.167 (R\$ 5.307.906, em 2022), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

14. Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelos superávits e déficits dos exercícios sociais. Em 31 de dezembro de 2023 a Entidade possuía o patrimônio social no total de R\$ 12.351.731 após integralização do superávit acumulado de anos anteriores e para o exercício corrente apresentou superávit de R\$ 42.500.284 e déficit em 2022 no montante de R\$ 904.642.

15. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Receita Contrato de gestão - Estadual (a)	193.536.131	166.087.051
Receita Contrato de gestão - Municipal (b)	85.155.840	-
Receitas de doação de materiais médicos (c)	913.799	243.915
Receita de depreciação bens públicos em nosso poder (c)	1.843.241	768.536
	281.449.011	167.099.501

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(a) **HRPA:** A entidade firmou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018 – Processo nº 2018/551030, com vigência do de 60 meses, com data inicial de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023, para operacionalização das atividades e serviços do Hospital Regional Público de Araguaia – HRP A.

A remuneração do contrato de gestão e operacionalização é definida de acordo com suas características de atendimento, com um orçamento de custeio pré-fixado, com base na estrutura física e na produção de serviços definidas como metas contratuais quantitativas e qualitativas. Não houve redução ou glosa do repasse da verba do contrato de gestão.

A Entidade em 2022 firmou os seguintes Termos Aditivos 14º TA – R\$ 2.619.996 e o 16º TA – R\$ 2.489.994 para o Hospital Regional Público de Araguaia. No decorrer do ano de 2023 a Entidade firmou os seguintes Termos Aditivos: 17ºTA Adicionou R\$ 100.900,80 mês, 20º TA – R\$ 447.649, e o 23º TA – R\$ 6.321.557. Durante o ano de 2023 o HRP A também recebeu recursos do Ministério da Saúde destinado ao pagamento do piso dos enfermeiros no montante de R\$ 2.125.645.

HRPC: A entidade firmou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão nº 001/SESPA/2021 – Processo nº 2020/812459 e 2021/30442, com vigência do de 12 meses, com data inicial de 25 de janeiro de 2021, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos até o limite de 60 meses, para operacionalização das atividades e serviços do Hospital Regional de Castanhal – HRPC.

A Entidade firmou o 7º Termo Aditivo, em 21 de janeiro de 2022 que prorrogou por mais 12 meses, iniciando em 25 de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2023, para o Hospital Regional Público de Castanhal. No ano de 2023 firmou os seguintes Termos Aditivos: 18º TA – R\$ 8.978.475, 19º TA – R\$ 310.564, 20º TA – R\$ 9.805.484.

A remuneração do contrato de gestão e operacionalização é definida de acordo com suas características de atendimento, com um orçamento de custeio pré-fixado, com base na estrutura física e na produção de serviços definidas como metas contratuais quantitativas e qualitativas. Não há redução ou glosa do repasse da verba do contrato de gestão.

Conforme cláusula contratual, as despesas administrativas da matriz são rateadas entre as filiais e contabilizadas na receita de interdependência com contrapartida em despesas com interdependência, registrando um feito nulo no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo correspondente as receitas e despesas com interdependência foi de R\$ 10.296.693 (R\$ 7.279.327 em 31 de dezembro de 2022);

A Entidade recebeu recursos do Ministério da Saúde para pagamento do piso da enfermagem conforme PL 2564/2020, no valor de R\$ 3.214.156.

(b) Os estoques recebidos em doação, ou seja, sem contraprestação, são mensurados pelo seu valor justo, mensuração efetuada pela administração baseada no último preço de aquisição dos itens recebidos como doação. O valor foi registrado em contrapartida ao ativo circulante em estoques;

(c) A Entidade, em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), em cumprimento ao Contrato de Gestão, reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

16. Custos operacionais

16.1. Pessoal e encargos

	2023	2022
Salários e ordenados	(47.525.111)	(34.141.912)
Encargos sociais	(20.611.354)	(14.885.310)
Férias, e rescisão trabalhistas	(11.207.128)	(8.543.107)
Benefícios sociais à empregad	(209.929)	(155.236)
	(79.553.523)	(57.725.565)

16.2. Serviços profissionais

	2023	2022
Honorários médicos (a)	(61.047.545)	(39.280.002)
Serviços técnicos contratados	(23.692.448)	(16.530.231)
	(84.739.993)	(55.810.233)

(a) Valores relativos aos atendimentos por médicos contratados, apurados pelo custo dos serviços prestados nos atendimentos aos pacientes não pagantes (internações e ambulatório), custos de operação do atendimento SUS e custos indiretos associados aos projetos de atendimento;

(b) Os montantes são relacionados aos prestadores de serviços terceirizados, para o desempenho de atividades ligadas ao atendimento hospitalar, tais como: serviços de análise e diagnóstico, locação temporária de equipamentos, e demais serviços.

16.3. Materiais e medicamentos

	2023	2022
Drogas e medicamentos (a)	(9.636.333)	(8.634.921)
Materiais uso do paciente (a)	(6.853.861)	(5.746.235)
Custos gerais de materiais hospitalares	(2.873.202)	(2.374.487)
Gêneros alimentícios	(1.172.671)	(1.054.188)
Materiais de limpeza edescartáveis	(879.386)	(830.366)
OPME – Órtese, prótese e materiais especiais	(1.501.200)	(1.113.782)
	(22.916.652)	(19.753.979)

(a) Em janeiro de 2023 foi implantado no HRP A o sistema NoHarm.ai de inteligência artificial, que auxilia nos serviços da farmácia clínica, possibilitando a análise das prescrições médicas, o que resultou na otimização no uso dos medicamentos fazendo com que o custo reduzisse em 10,79% no ano.

Durante o ano de 2023, foi realizado um trabalho de conscientização junto a toda a equipe assistencial visando a otimização na utilização dos insumos de uso dos pacientes o que resultou em redução de consumo, além dessas ações no ano de 2023 o mercado pós pandemia, possibilitou o retorno as negociações com fornecedores para redução de preços e o que também contribuiu para a redução nos custos.

No HRPC o 18º Termo Aditivo repactuou os serviços hospitalares e metas quantitativas, ampliando cirurgias, serviços de quimioterapia, hemodiálise além da ampliação de especialidades no atendimento ambulatorial que está ocasionou aumento de custos dos medicamento e materiais de uso do paciente.

A partir de Julho de 2023 estão os custos do HGP

17. Gerais e administrativas

	2023	2022
Serviços terceirizados (a)	(29.695.607)	(19.174.964)
Despesas fixas – energia e telefone	(7.275.129)	(5.315.615)
Despesa administrativas	(885.555)	(661.427)
Despesa manutenção	(8.942.082)	(7.774.656)
Despesas com informática	(2.726.389)	(2.075.260)
Locação de veículos	(483.500)	(298.439)
Locação de bens imóveis	(275.397)	(217.713)
Despesas com viagens	(616.932)	(410.853)
Outras despesas	(1.860.470)	(173.395)
	(52.761.062)	(36.102.322)

(a) Serviços terceirizados administrativas sofrem aumento em decorrência de repactuação de contratos no HRPC e início dos contratos no HGP e HRMM e contratação de novos serviços pela matriz, e realinhamento de contratos.

18. Resultado financeiro, líquido

	2023	2022
Rendimentos sobre aplicações financeiras(a)	3.752.932	2.684.370
Descontos e bonificações recebidas	4.772	8.757
	3.757.704	2.693.127
Juros e multas	(11.317)	(20)
Tarifas bancárias	(137.795)	(120.748)
	(149.112)	(120.768)
Resultado financeiro, líquido	3.608.592	2.572.359

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(a) Em 2023, o recebimento de termos aditivos de investimento e o aumento dos valores provisionados contribuíram de forma significativa para o aumento dos rendimentos financeiros.

19. Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Na condição de Entidade sem fins lucrativos, aplicam-se a Entidade determinados benefícios fiscais estabelecidos em legislação ordinária.

O art. 15 da Lei nº 9.532/97 prevê isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) às associações civis, sem fins lucrativos, observados os seguintes requisitos:

- (a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- (e) Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- (f) Não apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destinar referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A isenção não abrange os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

20. Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Durante os exercícios de 2023 e 2022 não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os mercados para os investimentos financeiros da Entidade.

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros da Entidade foram classificados conforme as seguintes categorias:

Descrição	Classificação	2023		2022	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	65.340.260	65.340.260	31.328.831	31.328.831
Contas a receber de gestão	Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	37.286.044	37.286.044	5.877.190	5.877.190
Fornecedores	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	19.373.881	19.373.881	8.487.444	8.487.444
Outras contas a pagar	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	2.088.855	2.088.855	536.377	536.377

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2023, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A

abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em aplicações financeiras de liquidez, com bancos públicos em títulos de baixo risco como CDB.

21. Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2023 e 2022.

22. Partes relacionadas

A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros de administração e diretores executivos. A remuneração total em 2023 foi de R\$ 1.189.592 (R\$ 598.060 em 2022).

23. Eventos subsequentes

Aditivos contratuais do contrato de gestão

Assinatura dos seguintes Termos Aditivos (T.A.):
Hospital Regional Público do Araguaia – **HRPA**:

- Assinatura do 27º Termo Aditivo, que prorrogou a vigência do contrato por mais seis meses, de 04 de junho de 2024 a 30 de novembro de 2024, assinado em 24 de maio de 2024, passando o repasse mensal a ser de R\$ 6.321.557.

- Assinatura do 26º TA para cirurgias eletivas, valor R\$ 198.336.

Hospital Regional Público de Castanhal- **HRPC**.

- Assinatura do 22º Termo Aditivo, cujo objetivo é a prorrogação do prazo do contrato para 24 de janeiro de 2025, assinado em 17 de janeiro de 2024.

Visita Ministério Público

Em abril de 2024, ocorreu a visita de inspeção do Ministério Público do Estado "MP" ou "MPPA" junto a unidade Hospital Geral de Parauapebas – **HGP** com intuito de averiguar irregularidades inerentes a (i) estrutura de refrigeração do Hospital Geral de Parauapebas. (ii) Inspeção de regularidade quanto ao Termo de ajuste de Conduta - TAC firmado entre Município de Parauapebas, MP e ASELC.

Também no mês de abril de 2024 o Tribunal de Contas do Município "TCM" iniciou auditoria anual junto à prefeitura de Parauapebas, elegendo o hospital como um dos órgãos a serem auditados.

A ASELC manifestou-se junto aos órgãos competentes através de ofícios que tratam das ações realizadas em sua gestão, em prol da regularização da estrutura apresentada durante o recebimento do hospital em 06 de agosto de 2023, bem como fornecendo toda documentação solicitada referente a prestação de contas, não tendo embargos ou sanções sobre as operações e as documentações fornecidas foram suficientes para comprovação das execuções realizadas até então.

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Certificação CEBAS

A portaria SAES/MS Nº 1.615 de 19 de abril de 2024, publicada em 30 de abril de 2024, deferiu a concessão do CEBAS das entidades beneficentes de assistência social a ASELC, os benefícios, principalmente a imunidade à contribuição previdenciária patronal e para contribuições com terceiros será retroativa ao pedido dessa concessão, que foi em 21 de dezembro de 2021, a estimativa inicial é que gere um crédito aproximado de R\$ 26.000.000.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Associados e Administração da

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura – ASELC.

Belém - PA

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura – ASELC. (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das políticas contábeis materiais e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura – ASELC, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade mantinha registrado na Rubrica “Imobilizado – bens públicos em nosso poder” e na Rubrica “Bens público em nosso poder no passivo” o valor de R\$ 16.873.834, conforme Nota Explicativa nº 9 e receita de depreciação de bens públicos e encargos de depreciação registradas no resultado do exercício no valor de R\$ 1.843.241. A Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura – ASELC logrou-se vencedora dos chamamentos públicos para operacionalização dos serviços de saúde dos Hospitais (i) Hospital Regional Público do Araguaia – HRP A (ii) Hospital Regional Público de Castanhal – HRP C, (iii) Hospital Geral de Parauapebas e (iv) Hospital Regional de Rio Maria, com contratos de gestão nº 005/SESPA/2018 em 04 de dezembro de 2018, nº 001/2021/SESPA em 25 de janeiro de 2021, nº 20230226/SEMSA/2023 em 20 de abril de 2023 e nº 003/SESPA/2023, desde o início da vigência dos respectivos contratos de gestão, a Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura – ASELC não recebeu composição individualizada dos ativos imobilizados recebidos como dotação inicial, de acordo com o termo de permissão de uso emitido pela Secretaria do Estado do Pará (SESPA) e Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA). As filiais Hospital Regional Público do Araguaia – HRP A, Hospital Regional Público de Castanhal – HRP C e Hospital Geral de Parauapebas – HGP apresentam no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 na Rubrica “Imobilizado –

bens públicos em nosso poder” e na Rubrica “Bens público em nosso poder no passivo” o valor de R\$ 3.196.861, R\$ 13.246.862 e R\$ 430.111 e receita de depreciação de bens públicos e encargos de depreciação registradas no resultado do exercício de R\$ 272.159, R\$ 1.563.914 e R\$ 7.168, respectivamente. Dessa maneira, em que pese termos conseguido validar as principais movimentações (adições/ baixas) do período auditado, verificando a documentação suporte e correta contabilização, torna-se inviável aplicar procedimentos alternativos para formar e emitir opinião, como de fato não estamos emitindo, sobre os saldos de Imobilizado – bens públicos em nosso poder, bens público em nosso poder no passivo e receita de depreciação de bens públicos e encargos de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase**Renovação do contrato de gestão****Hospital Regional Público do Araguaia - HRP A**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que em 04 de dezembro de 2018 a Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC foi homologada vencedora do Processo de Seleção para Operacionalização do Hospital Regional Público do Araguaia em Redenção (“HRPA”) com vigência de 60 meses, por meio do termo inicial na data de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023, prorrogado pelo 27º Termo Aditivo, que prorrogou a vigência do contrato por mais seis meses, de 04 de junho de 2024 a 30 de novembro de 2024.

Hospital Regional Público de Castanhal - HRP C

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que em 24 de janeiro de 2023 a Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC, gestora da filial Hospital Regional Público de Castanhal - HRP C, assinou o 22º Termo Aditivo que prorrogou a vigência do contrato por mais 12 meses, de 24 de janeiro de 2024 a 24 de janeiro de 2025, em 17 de janeiro de 2024 a Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC, gestora da filial Hospital Regional Público de Castanhal - HRP C. A renovação do contrato de gestão depende de um acordo entre as partes, e as demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Hospital Geral de Parauapebas - HGP

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que em 20 de abril de 2023 a Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC, tornou-se gestora do Hospital Geral de Parauapebas - HGP, quando assinou o Contrato de Gestão nº 20230226/SEMSA/2023, com vigência de 12 meses, por meio do termo inicial na data de 30 de junho de 2023 e término em 29 de junho de 2024. A renovação do contrato de gestão depende de um acordo entre as partes, e as demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Até a presente data não houve termo Aditivo de prorrogação da vigência do contrato. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Hospital Regional de Rio Maria - HRRM

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que em 01 de setembro de 2023, a Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC, tornou-se gestora do Hospital Regional de Rio Maria - HRRM, quando assinou o Contrato de Gestão nº 003/SESPA/2023 por 12 meses. A renovação do contrato de gestão depende de um acordo entre as partes, e as demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam

levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belém, 14 de junho de 2024.



Protocolo: 1088926